

Governança dos Recursos Hídricos em contexto de Escassez, Insularidade e Fragilidade Económica – Estudo de caso: Cabo Verde

Larissa VARELA¹, Francisco NUNES CORREIA², Amarílis Varennes MENDONÇA³

¹Doutora em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável; ²Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, ³Professora Catedrática do Instituto Superior de Agronomia – Universidade de Lisboa

Em Cabo Verde a escassez de água, a insularidade e elevada fragmentação territorial, as dificuldades financeiras dos operadores dos serviços de água e as lacunas no quadro legal e institucionais limitam de forma crítica o desenvolvimento dos recursos hídricos, e conseqüentemente constituem desafios aos desígnios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento. É crucial para o país a realização dos investimentos necessários para construir os equipamentos adequados para o setor, e assegurar que dentro de 20 ou 30 anos eles ainda estejam operacionais e cumprem a sua função, sendo aceites pela comunidade que servem. Assim sendo, a exclusiva aplicação dos recursos tecnológicos e financeiros não será capaz de satisfazer estes objetivos, especialmente quando dependem de diversos interessados que atuam a diferentes níveis da sociedade.

Neste contexto, este trabalho procura contribuir para a identificação de princípios e indicadores de uma governança da água que contribuam para a persecução dos benefícios transversais da gestão integrada e duradora dos recursos de água. O trabalho tem por base a conceção de um quadro de aferição pro-água, um instrumento de análise e orientação para a tomada de decisão melhorada, ou seja, mais integrada, inclusiva e efetiva das infraestruturas e das instituições. Para garantir a comparabilidade entre o contexto de estudo e outros territórios, foram consideradas as melhores práticas internacionais de boa governança, nomeadamente o quadro de indicadores da governança da água da OCDE.

Concluiu-se que para o contexto cabo-verdiano são prioritários a definição, implementação e monitorização de medidas de governança que visam uma 1) definição de políticas e estratégias integradas, 2) coerência intersectorial, 3) operação e manutenção melhoradas dos serviços, 4) regulação e a fiscalização efetivas suportadas por instrumentos específicos, 5) sustentabilidade do financiamento do setor, 6) partilha de dados e informações fiáveis e 7) envolvimento e comprometimento dos atores chaves. Os indicadores do cumprimento destes princípios, que mereceram a aprovação por júri pericial e dos *stakeholders* do setor, resumem-se em: 1) governação eletrónica com desterritorialização dos processos em gestão dos recursos hídricos, 2) criação de plataformas académicas de promoção da investigação, 3) transferência de tecnologias e divulgação das experiências no domínio dos recursos hídricos entre os estados insulares, 4) redes de proximidade que promovam a aprendizagem e o comprometimento da sociedade, 5) estrutura cooperativa para intervenção continuada para mitigar as emergências hídricas, 6) estudos especializados de aumento



da oferta da água incluindo a reutilização das águas residuais e ganhos de gama para o desenvolvimento da dessalinização, 7) mecanismos de solidariedade na água incluindo subsídios cruzados do setor do turismo para o desenvolvimento integrado dos recursos hídricos e mecanismos pro-pobreza.

Palavras-chave (5): governança da água, princípios e indicadores, escassez, insularidade, fragilidade económica.